

**AgRg no AgRg no HABEAS CORPUS Nº 459.189 - SP (2018/0173282-3)**

**RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ**  
**AGRAVANTE : MARIA EMILIA PEREIRA DE OLIVEIRA**  
**AGRAVANTE : ANTONIO JORGE FILHO**  
**ADVOGADO : LUIZ GUSTAVO VICENTE PENNA - SP201063**  
**AGRAVADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**EMENTA**

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. PENAL E PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO DE DROGAS. ALEGADO CERCEAMENTO DE DEFESA EM RAZÃO DE DECISÃO DO DESEMBARGADOR RELATOR DA APELAÇÃO QUE INDEFERIU O PEDIDO DE REALIZAÇÃO DE NOVA DILIGÊNCIA. IMPROCEDÊNCIA. O TRIBUNAL A *QUO* CONCLUIU PELA INOCUIDADE DA DILIGÊNCIA PLEITEADA. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. PROVIDÊNCIA INVIÁVEL NA ESTREITA VIA DO *HABEAS CORPUS*. AGRAVO DESPROVIDO.

1. A regra insculpida no art. 616 do Código de Processo Penal traduz uma faculdade do julgador de segunda instância nos recursos de apelação em determinar que o feito seja baixado em diligência ou não. Assim, o Tribunal poderá reinquirir testemunhas, interrogar novamente o Réu e determinar outras diligências se assim achar conveniente, o que não ocorreu na hipótese presente.

2. A Corte de origem, soberana na análise dos fatos e provas atinentes à causa, considerou que "*o processo se encontrava regularmente instruído com as provas produzidas pelas partes*" e que "*eventuais abusos dos agentes públicos [...] devem ser devidamente apurados pela autoridade competente, mas não nestes autos, onde se apura a materialidade e a conduta do crime de tráfico narrado na acusação*". Portanto, para desconstituir tal conclusão da instância ordinária, reconhecendo a pertinência das diligências requeridas, seria imprescindível o **revolvimento de matéria fático-probatória**, o que é inviável na estreita via do *habeas corpus*.

3. Agravo regimental desprovido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora. Os Srs. Ministros Sebastião Reis Júnior, Rogerio Schietti Cruz, Nefi Cordeiro e Antonio Saldanha Palheiro votaram com a Sra. Ministra Relatora.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 12 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora